



Patrick Roberto Gasparetto

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FRENTE À LEI INCONSTITUCIONAL

Prefácio
Marcelo Figueiredo

Apresentação
Dinorá Adelaide Musetti Grotti

Área específica da obra
Direito Administrativo e Constitucional

Áreas afins do livro
Direito Administrativo e Constitucional

Público-alvo/consumidores da obra
Advogados, Magistrados, membros do Ministério
Público, estudantes do Direito.

Código: 1000110
ISBN: 978-85-7700-478-2
Formato 14,5x21,5 cm
272 páginas

O objetivo do trabalho consiste em analisar a presença da lei inconstitucional na Administração Pública. Para tanto, pretende-se ponderar a presença da lei no Estado de Direito, seus limites e possibilidades, a busca de legitimidade e fundamento para o seu real alcance. O estudo da lei inconstitucional é voltado ao controle de constitucionalidade dos atos do Poder Público, especificamente à possibilidade de controle — abstrato e/ou concreto — pelo Poder Executivo dos atos do Poder Legislativo. Por fim, faz-se uma investigação acerca da manutenção ou desfazimento dos efeitos do ato administrativo praticado sob a égide da lei inconstitucional, em virtude da segurança jurídica.

Patrick Roberto Gasparetto

Advogado. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Especialista em Direito Administrativo – Instituto Romeu Felipe Bacellar. Especialista em Direito e Processo Penal – Academia Brasileira de Direito Constitucional. Mestre em Direito do Estado, com ênfase em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorando em Direito do Estado, com ênfase em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

G249a Gasparetto, Patrick Roberto

A Administração Pública frente à lei inconstitucional / Patrick Roberto Gasparetto; prefácio de Marcelo Figueiredo; apresentação de Dinorá Adelaide Musetti Grotti. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

271 p.
ISBN 978-85-7700-478-2

1. Direito administrativo. 2. Direito constitucional. I. Figueiredo, Marcelo. II. Grotti, Dinorá Adelaide Musetti. III. Título.

CDD: 341.3
CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

GASPARETTO, Patrick Roberto. *A Administração Pública frente à lei inconstitucional*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. 271 p. ISBN 978-85-7700-478-2.

Sumário do livro:

PREFÁCIO

Marcelo Figueiredo

APRESENTAÇÃO

Dinorá Adelaide Musetti Grotti

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2

PERSPECTIVAS DA LEI NO ESTADO CONSTITUCIONAL

- 2.1 Alguns contornos acerca do Estado e da ordem jurídica
- 2.2 Do Estado de Direito ao Estado Constitucional
- 2.3 A Constituição Federal de 1988 e o Estado Brasileiro
- 2.4 A divisão das funções do Estado
 - 2.4.1 A influência de Montesquieu na divisão das funções
 - 2.4.2 Os critérios de distinção das funções
 - 2.4.3 A função legislativa
 - 2.4.4 A função jurisdicional
 - 2.4.5 A função administrativa
 - 2.4.6 A função política ou de governo
- 2.5 O Poder Legislativo e a lei
- 2.6 Limites constitucionais da lei
 - 2.6.1 Os limites constitucionais formais
 - 2.6.2 Os limites constitucionais materiais
 - 2.6.3 A separação de poderes como limite lógico-material ao legislador

CAPÍTULO 3

O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 3.1 A Constituição Federal e a Administração Pública
- 3.2 O regime jurídico-administrativo
 - 3.2.1 O Estado Regulador e a “releitura” do regime jurídico-administrativo
- 3.3 Os princípios constitucionais da Administração Pública
- 3.4 O conteúdo jurídico do princípio da legalidade na Administração Pública
 - 3.4.1 Uma distinção prévia e necessária
 - 3.4.2 A função administrativa como razão de ser do princípio da legalidade
 - 3.4.3 A conformidade com a lei e a Constituição como pressuposto de validade do ato administrativo
 - 3.4.3.1 Exigência de lei constitucional
 - 3.4.4 A noção de princípio da legalidade
 - 3.4.5 Funções do princípio da legalidade
 - 3.4.6 A interpretação do princípio da legalidade

CAPÍTULO 4

AS CONCEPÇÕES DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

- 4.1 A concepção rígida do princípio da legalidade
 - 4.1.1 Déficit funcional do princípio da legalidade em sua concepção rígida
 - 4.1.1.1 A superação do Estado Liberal
 - 4.1.1.2 Déficit de legitimidade do Poder Legislativo
 - 4.1.1.2.1 O (ab)uso das medidas provisórias

- 4.1.1.2.2 A lentidão do processo legislativo
- 4.1.1.2.3 A grande influência do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo
- 4.1.1.2.4 A consequente desvalorização do Poder Legislativo
- 4.2 Por uma interpretação que legitime a legalidade
 - 4.2.1 Respaldo jurídico para a interpretação proposta
 - 4.2.1.1 De acordo com a ideia de direito enquanto sistema
 - 4.2.1.2 De acordo com a interpretação constitucional
 - 4.2.1.3 De acordo com a natureza principiológica
 - 4.3 Preeminência de lei e reserva de lei
 - 4.4 A necessidade de superação da “crise da legalidade” e o controle da Administração Pública

CAPÍTULO 5

O VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI E OS VÍCIOS DO ATO ADMINISTRATIVO

- 5.1 A lei inconstitucional
- 5.2 Breves contornos acerca da evolução do controle de constitucionalidade
- 5.3 Formas de controle de constitucionalidade no sistema positivo brasileiro
 - 5.3.1 O controle preventivo
 - 5.3.2 O controle da inconstitucionalidade por omissão
 - 5.3.3 O controle de constitucionalidade concreto
 - 5.3.4 O controle abstrato sucessivo
- 5.4 O ato administrativo viciado
 - 5.4.1 A inaplicabilidade do rol de invalidades do Código Civil
 - 5.4.2 Propondo contornos de um sistema de invalidades do ato administrativo
 - 5.4.2.1 O ato administrativo anulável ou com vício sanável
 - 5.4.2.1.1 Discricionariedade ou vinculação na convalidação?
 - 5.4.2.1.2 O ato administrativo nulo ou com vício insanável
 - 5.4.2.1.3 A aproximação entre as consequências dos atos nulos e anuláveis
 - 5.4.2.2 Ato administrativo inexistente?

CAPÍTULO 6

A POSIÇÃO DO PODER EXECUTIVO FRENTE À LEI INCONSTITUCIONAL

- 6.1 O dever de descumprimento da norma inconstitucional
 - 6.1.1 A promulgação da Constituição de 1988 e a possibilidade de recusa de aplicação de norma inconstitucional
- 6.2 Ponto e contraponto: a posição contrária
- 6.3 A evolução jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal acerca do tema
- 6.4 A responsabilidade do administrador pelo descumprimento de norma constitucional
- 6.5 A responsabilidade civil da Administração pelo descumprimento de norma posteriormente considerada constitucional

CAPÍTULO 7

CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO DOS EFEITOS DO ATO ADMINISTRATIVO PRODUZIDO SOB ÉGIDE DE LEI INCONSTITUCIONAL

- 7.1 A segurança jurídica como fundamento para a manutenção dos efeitos do ato produzido sob a lei inconstitucional

7.2 A ponderação de princípios como solução para a
celeuma

CAPÍTULO 8

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

ÍNDICE DE ASSUNTOS

ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO

ÍNDICE ONOMÁSTICO